



Em tempos de crise

o MinC e a politização do campo cultural brasileiro

Alexandre Barbalho¹

-
- 1 Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas de Comunicação e de Cultura. Editor-chefe da Políticas Culturais em Revista da UFBA. *E-mail:* alexandrealmeidabarbalho@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa a configuração do campo cultural brasileiro a partir da crise desencadeada com a extinção e posterior recriação do Ministério da Cultura entre abril e junho de 2016. Para tanto, a fonte privilegiada foi a cobertura da imprensa, a partir da qual foi possível acessar a posição de diversos agentes, não só os do campo cultural e do midiático, mas também de outros campos que se posicionaram sobre o processo. A hipótese explorada nesse artigo é a de que ocorreu o fortalecimento institucional do campo, a partir da gestão do ministro da Cultura Gilberto Gil, acompanhado de sua “politização” – um dos valores a guiar as disposições e tomadas de posição de seus agentes.

Palavras-chave: *Campo cultural. Política cultural. Crise política. Politização.*

ABSTRACT

The article analyzes the configuration of the Brazilian cultural field from the crisis triggered by the extinction and subsequent re-creation of the Ministry of Culture between April and June 2016. For that, the privileged source was the press coverage, from which it was possible to access the position of several agents, not only those of the cultural and media fields, but also of other fields that have positioned themselves on the process. The hypothesis explored in this article is that the institutional strengthening of the field took place, starting with the administration of the Minister of Culture Gilberto Gil, accompanied by its “politicization” – one of the values to guide the dispositions and positions of its agents.

Keywords: *Cultural field. Cultural policy. Political crisis. Politicization.*

INTRODUÇÃO

A crise política provocada com a extinção e a recriação do Ministério da Cultura (MinC) pelo então governo interino de Michel Temer – inserida naquela mais ampla que engloba todo o campo político brasileiro, pelo menos desde o início do segundo governo Dilma (MELO, 2016) –, como todo momento de crise, tal qual o de gênese, revela muito sobre o campo cultural ao expor seus agentes mais ativos, a doxa vigente, ainda que em xeque por conta de valores contrários, suas disposições e espaços sociais, capitais mobilizados, bem como as disputas legítimas a serem travadas.

Nesse caso específico trata-se de um fato privilegiado, pois envolve um órgão do Estado, esse metacampo que congrega todos os campos e para onde convergem todos os tipos de capital (BOURDIEU, 2012), responsável por sua política cultural, o que implica, portanto, no envolvimento do campo cultural com outros campos, para além, inclusive, dos mais óbvios, ou seja, o campo estatal e o campo político. Como se verá, o campo midiático, também uma espécie de metacampo, não por ser ponto de convergência de outros campos e capitais, mas por funcionar como um mediador entre eles (RODRIGUES, 1990), foi fortemente mobilizado.

Aliás, a grande repercussão que a crise teve na mídia convencional e nas redes sócio-técnicas é aparentemente um paradoxo, quando se observa que o Ministério da Cultura (MinC) é um ministério pouco capitalizado política e economicamente. No entanto, o Ministério e o seu campo de atuação, o cultural, são, por excelência, os espaços de produção de poder simbólico no interior do Estado e na sociedade, respectivamente. Dessa forma, os eventos ligados a estes espaços sociais possuem potencialmente um alto valor-notícia.

Tomando como pressupostos 1. Que o momento de crise é privilegiado para análise do campo cultural brasileiro e 2. Que tal crise agendou a mídia nacional propõe-se nesse artigo fazer não propriamente uma sociologia da crise, tal como propõe Dobry (2014), mas analisar o estado atual desse campo a partir da crise. A fonte privilegiada será a cobertura da imprensa, por meio da qual é possível acessar a posição de diversos agentes, não só os do campo cultural e do midiático, mas também de outros campos que se posicionaram sobre o processo.

Se a extinção do MinC e sua transformação em secretaria no governo Fernando Collor, na década de 1990, causaram alguma reação por parte do campo cultural – mas não o suficiente para que fosse recriado –, a hipótese explorada nesse artigo é a de que o então presidente interino recuou de sua decisão por conta do fortalecimento desse campo, com a maior presença das políticas federais a partir da gestão do ministro da Cultura Gilberto Gil, acompanhado do que se pode denominar de sua “politização” – um dos valores a guiar as disposições e tomadas de posição de seus agentes.

A análise se centrará entre os dias 30 de abril, quando começaram as especulações sobre o possível fim do MinC, e 12 de junho, quando completa um mês de governo interino e as posições dos agentes já estão estabelecidas. Desse período, foram coletadas e analisadas matérias jornalísticas de todos os gêneros, contanto que se relacionassem com o tema, dos jornais *A Folha de São Paulo* e *O Globo*, dois dos mais importantes jornais de circulação nacional, cada um

representando os principais centros de produção cultural do país, respectivamente as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

O DESENVOLVIMENTO DA CRISE

A crise político-cultural, que tem o MinC como seu epicentro, se inicia antes do anúncio do então presidente interino Michel Temer de extinguir o Ministério transformando-o em uma secretaria do Ministério da Educação (MEC), no bojo de sua reforma ministerial. Os rumores acerca de como iria proceder o novo governo já davam conta da possível extinção e provocaram reações de alguns agentes culturais importantes, bem como dos gestores do MinC. Para João Brant, secretário executivo do Ministério à época, sua possível fusão com o MEC diminuiria o “impacto político e a própria função do ministério”. (PESSOA; GENESTRETI; VIANA, 2016)

Carlos Augusto Calil, secretário municipal de Cultura de São Paulo entre 2005 e 2012, defendeu não necessariamente a permanência do MinC, mas a “continuidade do financiamento público, apesar da crise e dos excessos cometidos”. Na sua avaliação, contrária aquela de Brant, o Ministério se constituía como um órgão irrelevante politicamente e sem orçamento, que chegou a alcançar alguma notoriedade na gestão Gil, posto que este agregava prestígio ao cargo, repetindo o lugar comum “um ministro maior que o ministério”, que marcou a passagem do músico baiano como gestor federal de cultura. (CALIL, 2016)

Na realidade, a opção em extinguir o MinC ainda não estava tomada. A imprensa noticiou que nas articulações para montar seu governo, Temer sondou alguns políticos, com alguma proximidade com o campo cultural, entre eles Roberto Freire (PPS),²

.....
2 Partido Popular Socialista (PPS).

Cristovam Buarque (PPS) e Marta Suplicy³ (PMDB),⁴ para ajudá-lo na indicação de nomes ou mesmo para assumir a pasta. Contudo, a pressão das pesquisas de opinião fez com que “recuasse do recuo” de extinguir ministérios e nessa nova configuração o MinC deveria ser sacrificado.

No dia 12 de maio, início da gestão interina, o repórter da *Folha de São Paulo* Rodolfo Viana fez uma análise do que o campo cultural podia esperar com a ida da cultura para a pasta da educação, sob o comando de Mendonça Filho, Democratas (DEM), e concluiu que o Estado deverá ter um papel reduzido. O jornalista baseou-se na pouca importância que a cultura teria para o DEM – das 89 proposições de seus deputados federais em 2016, apenas duas foram voltadas para o setor –, bem como na trajetória liberal do político pernambucano, defensor de privatizações e da diminuição dos investimentos governamentais. (VIANA, 2016)

No mesmo dia, o jornal *O Globo* traz uma matéria onde informa que além do abaixo-assinado contra a extinção do MinC que estaria circulando nas redes sociais, vários intelectuais, artistas das mais diversas linguagens, produtores culturais e associações (Associação de Produtores de Teatro do Rio e Cooperativa Paulista de Teatro) se posicionaram contrários à medida. (REIS, 2016a) Em matéria da *Folha de São Paulo* sobre a repercussão do fim do MinC entre artistas de várias linguagens, quase todos os entrevistados foram contrários, ainda que nem sempre de forma enfática, à medida. (PRADO; MARTÍ, 2016)

O posicionamento em relação ao novo *status* da cultura no governo por parte de determinados agentes e organizações do campo, mais especificamente ligados à música, foi imediato com o lançamento no dia 13 de maio uma carta aberta elaborada e assinada pela

-
- 3 O nome de Marta Suplicy nessa possível lista de ministériáveis revela a estratégia contra uma possível reação contrária às indicações de Temer, posto que a senadora, quando ainda ligada ao PT, já tinha sido ministra, assumindo em um momento de crise no MinC. A esse respeito, ver Barbalho (2017).
 - 4 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Associação Procure Saber e pelo Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música (GAP), que reúnem alguns dos mais reconhecidos músicos brasileiros. A carta afirma que a criação do MinC em 1985 foi uma “das grandes conquistas da identidade democrática Brasileira” e que a gestão de Gil teria ampliado o alcance de atuação do Ministério com a adoção do “conceito antropológico de cultura” e de políticas voltadas para parcelas expressivas da população. O documento destaca, entre outras ações, a formação dos colegiados setoriais artísticos, a constituição do Conselho Nacional de Políticas Culturais e a elaboração do Plano Nacional de Cultura.⁵

No mesmo dia em que a carta se tornava pública (13/05), o ministro Mendonça Filho, em visita ao MinC, foi recebido com protestos por parte dos servidores que o qualificaram de “golpista”. Tal qualificação, dada ao governo interino pelos que eram contrários ao processo de impedimento da presidenta Dilma, começou a ganhar força entre os agentes culturais. Em Curitiba, o prédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi ocupado por artistas e integrantes de movimentos culturais em protesto contra a extinção do Ministério. No Rio de Janeiro, o próprio prefeito Eduardo Paes (PMDB) criticou a medida e defendeu, inclusive, uma mobilização contrária, ainda que “tranquila e serena”. (COPPI, 2016)

No dia 14 de maio, foram lançadas mais duas cartas manifestos contra a extinção do MinC, uma da Rede de Festivais de Teatro do Brasil e a outra do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas. No primeiro documento, a Rede afirma o MinC como o “principal órgão para o desenvolvimento de políticas públicas das artes” e de aprimoramento do setor cultural, portanto, sua recriação seria “urgente e necessária para impedir o retrocesso e o agravamento da situação de fragilidade que se anuncia”. O segundo documento, intitulado “Manifesto contra o fim do Ministério da Cultura”, defende o papel

.....
5 A carta está disponível na íntegra em Prado (2016).

do MinC como “fundamental” para que “os mais de cinco mil municípios do país possam atuar de forma sistêmica, ao mesmo tempo em que fomenta a arte e a diversidade das expressões e consiga garantir transparência e espírito público na gestão dos recursos públicos”. O papel da atuação do Ministério com os entes federados e a sociedade civil é destacado como “princípio importante” e “uma das motivações mais relevantes”.⁶

Na sequência desses acontecimentos, o governo começou a sinalizar alguma forma de recuo, com a proposta de criação de uma Secretaria Nacional de Cultura, ainda que subordinada ao Ministério da Educação (MEC), e gerida por um nome legitimado no campo e com experiência administrativa. A expectativa era que fosse também uma mulher, para responder as críticas de que seu ministério era formado apenas por homens.

A sinalização de uma Secretaria Nacional não foi suficiente para deter o avanço das contestações. No dia 15 de maio, o prédio da Fundação Nacional de Artes (Funarte) em Belo Horizonte foi ocupado por artistas. No dia seguinte, dezenas de pessoas entre políticos, artistas, intelectuais e coletivos culturais, como o Reage Artista e o Teatro pela Democracia, ocuparam o Palácio Capanema, sede da Funarte. Tais ocupações por tempo indeterminado de prédios ligados ao MinC se espalharam no resto da semana por várias capitais do país. Nesses espaços, observa-se uma convergência entre os que eram contra a extinção do MinC e os contrários ao processo de impedimento, expressa nas palavras de ordem “Fora Temer” e “Fica MinC”.

Em outra frente de atuação, a Associação de Produtores de Teatro do Rio (APTR) convocou uma reunião que contou com a participação de cerca de 60 artistas, bem como de outras associações de artistas como a Procure Saber e o Grupo de Ação Parlamentar (GAP). Na reunião, decidiu-se por lutar contra a extinção do MinC de diversas formas – ocupações, shows, cartas de repúdio, ações

.....
6 As duas cartas estão disponíveis na íntegra em Reis (2016b).

no Supremo Tribunal Federal – e foi lançada mais uma “carta dos artistas a Michel Temer”.

O documento avalia que o fim do MinC significaria um retrocesso de 30 anos, pois a pasta seria “uma conquista da sociedade brasileira” e não poderia deixar de existir, “especialmente num cenário de ausência completa de debate com os interlocutores necessários”, devido ao seu papel de formulador de “políticas à altura da relevância de um projeto de cidadania e desenvolvimento”. (FRANCO, 2016b)

A reunião revelou as questões postas aos agentes contrários à extinção do MinC: negociar ou não com o governo? Ele seria ou não legítimo? Observa-se, nos depoimentos à imprensa, dois posicionamentos: o dos que não reconheciam o governo interino como legítimo e, portanto, se negavam a negociar com ele – posição que convergia com aquela defendida pelos ocupantes dos prédios do Ministério – e o dos que apontavam a necessidade de negociação para garantir o retorno do órgão, independente da avaliação sobre a legitimidade do governo Temer.

Se o documento elaborado conjuntamente aponta para o predomínio da segunda posição, como escreve a jornalista Luiza Franco da *Folha de São Paulo*, “não se chegou lá sem muita discussão”, pois se todos os presentes repudiavam a extinção do ministério, “houve divergência sobre como articular o movimento”. O resultado do embate entre as posições foi escolher o “Fica MinC”, “para não dividir a classe” e descartar o “Fora Temer”. (FRANCO, 2016b)

As articulações contra a extinção do Ministério da Cultura mobilizaram o campo político e chegaram ao Senado, com a aprovação na Comissão de Educação no dia 17 de maio da convocação do ministro Mendonça Filho, requerida pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Telmário Mota (PDT-RR), para que ele explicasse como seriam mantidos os programas e projetos da área cultural.

Por sua vez, o presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL) aconselhou o presidente interino que recriasse o MinC, pois

possuía “muito valor simbólico”. (BRESCIANI, 2016; NERY, 2016) O senador Collor de Melo (PTC-AL) foi outro que aconselhou Temer a rever sua estratégia, pois, segundo seu depoimento, “uma das frentes de briga que abriu com setores da sociedade que mais deram trabalho a ele foi justamente com o setor cultural”. (HAUBERT; URIBE, 2016)

Nesse contexto, a posição dos agentes culturais que defenderam o impedimento da presidenta Dilma tem menor alcance no debate midiático. Cobrados por suas posições, após o fim do MinC, alguns se posicionaram a favor do “Fica MinC” e eram até contrários ao governo Temer. Outros minimizaram o papel do Ministério e apontaram para a união de forças entre os artistas para pressionar o governo com suas pautas ou mesmo optar pelo mercado como alternativa ao contexto político-cultural. (MARTINHO, 2016)

É reveladora de como o campo cultural estava, na maior parte, mobilizado pelos valores expressos nas palavras de ordem “Fica MinC” e “Fora Temer” a posição contrária ao MinC desse outro agente do simbólico que é o religioso. Líderes políticos evangélicos, como Marco Feliciano e Silas Malafaia, que defenderam o processo de impedimento, usaram as redes sociais para desqualificar os artistas e a causa do Ministério. (GOES, 2016)

Após sondar mulheres para ocupar o cargo de Secretária Nacional de Cultura,⁷ que cogitou em vincular à Casa Civil para lhe dar maior *status* político, e diante do crescimento da insatisfação no campo cultural, o presidente interino convidou Marcelo Calero, advogado e diplomata de carreira e então Secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Apoiando-se em sua trajetória de diplomata, o novo secretário procurou de imediato estabelecer o diálogo com os opositores e os ocupantes dos prédios públicos. Para Calero, as ocupações seriam o “sinal vivo da nossa democracia”, movimentos legítimos,

7 A imprensa noticiou que teriam recusado o convite a ex-Secretária de Economia Criativa, Cláudia Leitão; a consultora de projetos culturais e coordenadora de curso de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Eliane Costa; a jornalista e apresentadora Marília Gabriela; a atriz e diretora Bruna Lombardi e a cantora Daniela Mercury.

mas que não deviam ser aparelhados politicamente, em referência aos ocupantes contrários ao impedimento. (SALDAÑA, 2016)

A análise feita pelo colunista da *Folha de São Paulo*, Maurício Meireles (2016), revela a estratégia de Temer e as posições do campo cultural. Até então desconhecido entre os artistas cariocas quando assumiu a Secretaria de Cultura, Calero se aproximou de alguns dos principais agentes culturais do Rio, portanto, “da esquerda”, deduz Meireles. Mas a jogada “em alguém que, sem ser um esquerdista notório, foi capaz de conquistar a esquerda”, na “tentativa de seduzir os artistas da cidade, núcleo principal dos protestos contra o fim do Ministério da Cultura”, corria o risco de se reverter contra o governo interino.

A indicação criou um “ar de constrangimento” na cidade, pois muitos artistas contrários ao impedimento tinham relações com Calero, ainda que não mais admitissem em público. Por isso, na avaliação de Meireles, o governo errou achando que iria desmobilizar os protestos no Rio: “Os artistas são contra o fim do Ministério da Cultura, acham o governo ilegítimo. O mais provável é que o nome de Marcelo Calero entre em declínio entre eles, como alguém que traiu sua confiança”. (MEIRELES, 2016)

O que se observa, sobre esse ponto específico, é que Calero, fora da cidade do Rio de Janeiro, era visto como um *outsider* (BECKER, 1997; ELIAS; SCOTSON, 2000) por parte dos agentes culturais estabelecidos no campo e que definiam as suas normas – normas estas reforçadas no momento de crise.

Outro colunista da *Folha de São Paulo*, José Henrique Mariante, fez uma análise também esclarecedora, ainda que pautada por ironia, da conflagração política causada pela extinção do MinC. Na avaliação de Mariante (2016), extinguir o Ministério foi uma “tolice sem tamanho”, não por sua eficiência, mas por “subestimar a reação de um setor por natureza corporativista, politizado e com várias entradas na sociedade. Ou não, foi caso pensado, passar o recado de que o novo governo não permitirá o entulho petista

nem coletivos nem nada”. Bem próxima é a posição do colunista Reinaldo Azevedo (2016) que ao apontar os erros dos primeiros dias do novo Governo, colocou nessa conta a extinção do MEC, a “crônica do berreiro anunciado”, uma “balbúrdia” já advertida por ele, pois “artistas atraem holofotes. É da profissão”.

Por sua vez, o artigo de Danilo de Miranda, sociólogo e diretor do Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo, publicado no mesmo jornal, apontou o papel político do MinC, mas com outra perspectiva analítica, vendo-o não como reivindicação de grupos corporativistas, mas como instrumento imprescindível para o desenvolvimento do país. O fim do Ministério resultaria na perda de diálogo entre sociedade e governo, pois, entre outras coisas, a pasta deu “lastro a secretarias dos estados e das cidades que se tornaram interlocutoras indispensáveis, que criaram políticas públicas formidáveis e que podem fazer muito mais”. Além disso, as conquistas recentes no campo, como aquelas de sistematização e institucionalização das políticas, não podiam ser “dispensadas sumariamente”, pois “induzem a uma melhor prática da produção cultural”. (MIRANDA, 2016)

A oposição ao fim do MinC permaneceu mobilizando o campo político, mesmo após o anúncio da criação de uma Secretaria Nacional da Cultura e do seu titular. No dia 19 de maio, foi a vez dos governadores do Nordeste, dois, inclusive, governistas, criticarem a decisão do presidente interino e lançarem uma carta defendendo a “integridade” do Ministério e o fortalecimento de suas políticas construídas em seus 31 anos, destacando o Sistema Nacional e o Plano Nacional de Cultura como marcos institucionais e de democratização cultural. Por sua vez, o senador Renan Calheiros continuou se articulando pela volta do MinC propondo uma emenda à medida provisória que fundiu a cultura ao MEC. Para dar força à sua estratégia, além de consulta jurídica sobre sua viabilidade legal, sinalizou o interesse de se reunir com os artistas envolvidos com os protestos.

O presidente interino acabou cedendo aos diversos movimentos e mobilizações e anunciou, no dia 21, por meio do ministro Medonça Filho, a recriação do Ministério da Cultura, um “gesto do presidente Temer no sentido de serenar os ânimos”, definiu o ministro. Em seu depoimento à imprensa, reconheceu que o Ministério foi recriado por seu “caráter emblemático” e pelas reações contrárias à sua extinção. (BRAGA, 2016; CRUZ; COLON; BRISOLLA, 2016) Contudo, o retorno do Ministério provocou o acirramento das posições dos agentes. Entre os grupos que ocupavam os prédios públicos nas capitais brasileiras, a medida não influiu na ocupação, pois o motivo também era opor-se e resistir ao governo interino, avaliado como ilegítimo. Essa foi uma posição generalizada nas ocupações. (COM APOIO..., 2016; OCUPAÇÕES..., 2016) Além disso, as primeiras indicações do ministro foram recebidas com críticas. (GIANNINI, 2016)

Entre os artistas mais consagrados, ou entre as instituições que lhe representavam, porém, não havia a mesma unidade em torno da pauta “Fora Temer”. Enquanto alguns negavam a legitimidade do governo interino, (MARIETA..., 2016) outros sinalizavam que uma vez recriado o MinC era hora de negociar com o novo ministro. Para estes, independente de ser oposição ou não ao governo, o contexto era de retomada das políticas culturais.

Um dos argumentos principais utilizados na defesa do diálogo era o papel econômico da cultura e a necessidade de funcionamento dos instrumentos públicos voltados à sua promoção. (RETORNO..., 2016) Instituições como a Associação dos Produtores de Teatro do Rio (APTR), o Procure Saber e o GAP, que, juntas, representavam cerca de 200 produtores e artistas, sinalizaram retomar ou mesmo retomaram as relações com o MinC. A principal reivindicação dos dois grupos (Procure Saber e GAP) era o fortalecimento da Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI). (FRANCO, 2016a)

O movimento agora autodenominado “Ocupa MinC” (em clara referência ao *Occupy*) reagiu de forma contrária aos artistas e,

principalmente, entidades que retomaram os canais de ligação com o Ministério, lançando nota onde afirmava sua posição de resistência e qualificava a iniciativa de “oportunista e corporativista”. (FRANCO, 2016c)

A análise de Francisco Bosco, ex-presidente da Funarte na gestão Dilma, é elucidativa do grupo alinhado em torno do “Ocupa MinC”: “Há um esforço por parte desses produtores e artistas que estão legitimando o – ministro da Cultura – Calero de isolar a cultura do resto da sociedade brasileira”. Em sua opinião, o novo ministro iria “tentar fazer com que um campo isolado da cultura legitime um projeto que não tem nada de inclusivo, democrático, republicano”. Os setores que passaram a apoiar Calero, segundo Bosco, não se importariam com um “ministério de orientação liberal porque vão saber fazer pressão e ganhar os dividendos. Não é à toa que são, também, os que são contra a reforma da lei Rouanet”. (SOARES, 2016)

Importante, também, pelo lugar que ocupa nesse processo é a análise do ex-ministro Juca Ferreira. Para Ferreira, quem acompanhava a política do Ministério “não se surpreendeu com as reações contra a extinção do MinC”. De todo modo, seria um fenômeno a ser explicado, pois haveria “um certo ineditismo que não nos pode escapar”. O primeiro deles seria a diversidade dos agentes que defendiam a volta do Ministério da Cultura. Tal “fenômeno político muito curioso, especialmente quando se pensa nos poucos recursos investidos no MinC, tem que ser explicado na observação e análise das práticas do ministério nestes últimos 13 anos, no legado de seus projetos e ações”. (FERREIRA, 2016)

A POLITIZAÇÃO DO CAMPO CULTURAL

A trajetória descrita acima indica a politização do campo cultural brasileiro, com o engajamento dos agentes nos debates e embates que se referem à elaboração das políticas públicas para o setor. Trata-se de um fenômeno generalizado e não apenas localizado nos

principais centros de produção, circulação e consumo culturais, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro, como revelam as ocupações dos prédios públicos em várias cidades do país.

Por politização me refiro ao fortalecimento de valores próprios ao campo político – representação, participação, deliberação, produção ideológica – no campo cultural. Certamente, não se trata de um momento único na história do país, como revelam os períodos de politização da cultura brasileira nos anos 1960, quando, como definiu Roberto Schwarz (1978), todos no país pareciam estar ligados a alguma causa, e nos anos 1980, com o engajamento na redemocratização. (GASPARI; VENTURA; HOLLANDA, 2002) Nem também é singular o fato desta politização se relacionar com a presença do Estado no campo cultural, como demonstram as políticas culturais nos governos de exceção, leia-se Estado Novo e regime militar. (BARBALHO, 1998)

Contudo, o que parece diferenciar o momento em análise é que se trata de uma politização do campo cultural em estreita conexão com a atuação da política federal de cultura, em seu desdobramento nos âmbitos estadual e municipal, em um período democrático. Este é o elemento novo que explica o “fenômeno político muito curioso”, ao qual se refere o ex-ministro Juca Ferreira: a conjunção de democracia e de presença do Estado na cultura por meio de políticas públicas, conjunção esta ausente nos governos imediatamente anteriores (Collor e Fernando Henrique Cardoso), posto que abdicaram, em grande parte, do papel do governo na condução de tais políticas, delegando-as para o jogo do mercado, via leis de incentivo. (CASTELLO, 2002; MENDES, 2015)

Sob esse prisma, é possível analisar as práticas do MinC nos governos Lula e Dilma. Na realidade, aqueles valores políticos que passaram a se tornar também valores do campo cultural já estavam anunciados no documento de campanha para o setor do então candidato Luís Inácio Lula da Silva em 2002, intitulado “A imaginação a serviço do Brasil”. Documento, por sua

vez, que retoma uma trajetória de atuação na cultura das gestões estaduais e municipais petistas, nomeada pelo próprio partido como “modo petista de governar”.

Conquistada a Presidência da República, e ainda que tenha sido nomeado ministro um *outsider* a esse processo, o cantor Gilberto Gil, cuja vinculação política era com o Partido Verde, foi a linha política traçada no documento que fundamentou grande parte das políticas, programas e ações do MinC, não sem que ocorressem disputas internas, em especial entre o grupo ligado a Gil e aquele de militantes petistas da cultura. (BARBALHO, 2014)

Não é o caso aqui, por falta de espaço, de identificar e desenvolver todo esse conjunto de políticas, mas faz-se necessário pontuar aquelas que mais favoreceram o que estamos denominando de politização que são exatamente as que visavam a institucionalização das políticas culturais. Por sua vez, esse processo ocorreu dentro dos parâmetros mais amplos estabelecidos pelos governos Lula, que tinham na participação popular um de seus valores fundantes. (MARTINS, 2003)

Assim, a realização de três Conferências Nacionais de Cultura (CNC), da elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC), a implantação do Sistema Nacional de Cultural (SNC), a instalação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e o Programa Cultura Viva ocupam uma posição central na constituição de uma nova doxa para o campo cultural. Isso porque as CNC, o PNC, o SNC e o CNPC exigiram, para se efetivar, a participação de milhares de agentes em todas as regiões e estados e em grande parte dos municípios brasileiros. Já o Programa Cultura Viva, por meio de suas ações, em especial a dos Pontos de Cultura, implicou na associação colaborativa do poder público com os movimentos e instituições político-culturais existentes na sociedade. (LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010; REIS, 2010; SOTO et al., 2010)

Esse processo crescente de envolvimento de agentes, não apenas do campo cultural, mas também de outros campos bem como de

diversos setores da sociedade historicamente excluídos dos processos decisórios – e em especial na cultura, que, ao contrário de outros setores mais bem estabelecidos no âmbito das políticas públicas, como a saúde e a educação, não dispunham até então de conferências, câmaras setoriais, conselhos deliberativos, entre outros instrumentos de democracia direta e/ou deliberativa –, na definição das políticas públicas levou-os a se tornarem também agentes político-culturais.

É interessante observar que, ao contrário do que afirma o senso comum, tal posicionamento político não implicou necessariamente no alinhamento com o Governo Federal. Além das disputas que ocorreram ao longo desses processos de participação (conferências, consultas populares, conselhos) nos quais muitos agentes puderam se opor, e se opuseram de fato, aos interesses defendidos pelos gestores, vale lembrar a forte oposição que a ministra Ana de Hollanda sofreu por parte considerável destes agentes, ainda que se tratasse de uma “continuidade” do mesmo grupo político no poder federal. (BARBALHO, 2017; RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015)

No caso específico da crise analisada nesse artigo, a pluralidade de interesses se revela nas posições dos vários agentes que, defendendo a permanência do MinC e de muitas de suas políticas, ou seja, aderindo ao “Fica MinC”, não pactuaram com o “Fora Temer”, ou que se somando às palavras de ordem “Fica MinC” e “Fora Temer”, não compartilhavam com a bandeira do “Volta Dilma”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do momento de crise pelo qual passou o MinC durante o chamado “governo interino” revelou-se fecunda ao possibilitar o acesso aos posicionamentos de diversos agentes do campo cultural brasileiro e fora dele, bem como os valores que motivaram tais posições.

A par da pluralidade das tomadas de posição – a favor ou contra o MinC; o Temer ou a Dilma – constatou-se como o debate foi

politicizado, a ponto de ser uma fala recorrente entre os que se opunham ao impedimento da presidenta a de que a cultura era o lócus privilegiado, e talvez o mais visível, de resistência àquele processo político.

Tal politização, como visto, relaciona-se com o conjunto de políticas implementadas, com maior ou menor intensidade, pelo MinC ao longo dos governos Lula e Dilma visando a institucionalização da cultura no âmbito das políticas públicas federais, acompanhada, esta institucionalização, de movimentos de mobilização, participação e deliberação dos agentes culturais por todo o país.

A partir da análise desenvolvida acima pode-se conjecturar que o contexto atual, pós-impedimento, do qual não se pode falar propriamente que seja de crise, mas sim de apatia do Ministério da Cultura, seja resultado da tentativa de desmobilização dos agentes por parte do governo o que implica na morosidade, ou mesmo extinção, daquelas políticas de institucionalização. Como também se entende o discurso assumido pelos ministros da Cultura do presidente Temer – Calero, Freire, João Batista de Andrade e, atualmente, Sérgio Sá Leitão – bem como por outros setores de seu governo e do poder legislativo, com ampla ressonância midiática, de que o MinC teria sido “aparelhado” pelo PT – discurso esse que reduz toda a riqueza de uma experiência de democracia cultural a uma mera estratégia política.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. Temer em 7 dias, acertos e erros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 maio 2016. Colunistas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2016/05/1773199-temer-em-7-dias-acertos-e-erros.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BARBALHO, A. “Acho que o que eu peguei foi uma coisa meio fora do normal”: mobilização e crise na gestão Ana de Hollanda. In: CALABRE, L.; LIMA, D. R. (Org.). *Políticas culturais: conjunturas e territorialidades*. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. p. 33-48.

BARBALHO, A. O Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma: continuidades e avanços. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, Aveiro, v. 2, n. 2, p. 188-207, 2014.

BARBALHO, A. *Relações entre estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1998.

BECKER, H. S. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: Free Press, 1997.

BOURDIEU, P. *Sur l'État: cours au Collège de France, 1989-1992*. Paris: Seuil, 2012.

BRAGA, I. Temer recua e decide recriar o Ministério da Cultura, com Marcelo Calero. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 maio 2016. Cultura. Disponível em : <<http://oglobo.globo.com/cultura/temer-recua-decide-recriar-ministerio-da-cultura-com-marcelo-calero-19351863>>. Acesso em : 29 jun. 2016.

BRESCIANI, E. Renan propõe a Temer recriação do Ministério da Cultura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 maio 2016. Cultura. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/renan-propoe-temer-recriacao-do-ministerio-da-cultura-19329650>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

CALIL, C. A. A sigla da Cultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 maio 2016. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2016/05/1767889-a-sigla-da-cultura.shtml>>. Acesso: 22 jun. 2016

CASTELLO, J. Cultura. In: LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. (Org.). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura, 2002. p. 627-656.

COM APOIO de famosos, ocupações do MinC seguem em ao menos 18 capitais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1774200-com-apoio-de-famosos-ocupacoes-do-minc-seguem-em-ao-menos-18-capitais.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

COPPI, M. Prefeito Eduardo Paes critica fim do Ministério da Cultura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 maio 2016. Cultura. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/prefeito-eduardo-paes-critica-fim-do-ministerio-da-cultura-19300726#ixzz4CyciD2Bt>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

- CRUZ, V.; COLON, L.; BRISOLLA, F. Temer decide recriar Ministério da Cultura, anuncia Mendonça Filho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1773764-temer-decide-recriar-ministerio-da-cultura-anuncia-mendonca-filho.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- DOBRY, M. *Sociologia das crises políticas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- FERREIRA, J. A verdadeira recriação do MinC. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 maio 2016. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/05/1775457-a-verdadeira-recriacao-do-minc.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- FRANCO, L. Entidades artísticas dizem que vão dialogar com novo ministro da Cultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 maio 2016a. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1774357-entidades-artisticas-dizem-que-vo-dialogar-com-novo-ministro-da-cultura.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- FRANCO, L. Marieta Severo, Leoni e outros artistas armam resistência contra fim do MinC. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 maio 2016b. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1772035-artistas-contrarios-a-extincao-do-minc-planejam-resistencia.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- FRANCO, L. Restituição do MinC e diálogo com novo ministro dividem classe artística. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 2016c. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1774682-restituicao-do-ministerio-da-cultura-divide-classe-artistica.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- GASPARI, E.; VENTURA, Z.; HOLLANDA, H. B. de. *70/80: cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- GIANNINI, A. No PE, cineastas repudiam indicação de novo secretário do Audiovisual. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 jun. 2016. Cultura. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/filmes/no-pe-cineastas-repudiam-indicacao-de-novo-secretario-do-audiovisual-19419240#ixzz4CypmjURr>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

GOES, T. Líderes evangélicos tripudiam do fim do MinC: seria cômico se não fosse trágico. *F5*, São Paulo, 18 maio 2016. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/2016/05/10002111-lideres-evangelicos-tripudiam-do-fim-do-minc-seria-comico-se-nao-foosse-tragico.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

HAUBERT, M.; URIBE, G. Após críticas e manifestações, Temer discute vincular Cultura à Casa Civil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1772514-apos-criticas-e-manifestacoes-temer-discute-vincular-cultura-a-casa-civil.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

LACERDA, A. P.; MARQUES, C. de C.; ROCHA, S. C. Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 111-131.

MARIANTE, J. H. Cultura política. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 maio 2016. Colunista convidado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/josehenriquemariante/2016/05/1772720-cultura-politica.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MARIETA Severo, Patrícia Pillar e artistas do Ocupa MinC prometem manter atos contra Temer. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 maio 2016. Cultura. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/marieta-severo-patricia-pillar-artistas-do-ocupa-minc-prometem-manter-atos-contratemer-19360319#ixzz4CzZ6eNp3>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MARTINHO, A. Artistas pró-impeachment minimizam fim do Ministério da Cultura. *F5*, São Paulo, 17 maio 2016. Celebidades. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/celebidades/2016/05/10002082-artistas-pro-impeachment-minimizam-fim-do-ministerio-da-cultura.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MARTINS, H. F. O plano gestão pública para um Brasil de todos: em busca de uma nova geração de transformações da gestão pública. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., 2003, Ciudad de Panamá. *Documentos de los congresos...* Caracas: CLAD, 2003. Disponível em: <<http://siare.clad.org/fulltext/0047321.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

- MEIRELES, M. Com Marcelo Calero na Cultura, Temer tenta seduzir artistas do Rio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1772690-com-marcelo-calero-na-cultura-temer-tenta-seduzir-artistas-do-rio.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- MELO, M. A. Crisis and integrity in Brazil. *Journal of Democracy*, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 50-65, Apr. 2016. Disponível em: <<http://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Melo-27-2.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- MENDES, H. M. *O palco de Collor: a precarização da política cultural no governo de Fernando Collor*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- MIRANDA, D. S. de. Sem pasta própria, Cultura vai permanecer em coma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1772589-sem-pasta-propria-cultura-vai-permanecer-em-coma.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- NERY, N. Renan sugere que Temer recrie Ministério da Cultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 maio 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1772471-renan-sugere-que-temer-recree-ministerio-da-cultura.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- OCUPAÇÕES contra o fim do MinC persistem para pedir a saída de Temer. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1773799-ocupacoes-contr-a-fim-do-minc-persistem-para-pedir-a-saida-de-temer.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- PESSOA, G. S.; GENESTRETI, G.; VIANA, R. Ministério da Cultura teme fusão com pasta da Educação no governo Temer. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 abr. 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/04/1766133-ministerio-da-cultura-teme-fusao-com-pasta-da-educacao-no-governo-temer.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- PRADO, C. Fim do MinC vai gerar economia pífia, dizem artistas em cara a Temer. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1770962-fim-do-minc-vai-gerar-economia-pifia-dizem-artistas-em-carta-a-temer.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

PRADO, C.; MARTÍ, S. Artistas e diretores de museus criticam fusão das pastas de Cultura e Educação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1771057-artistas-e-diretores-de-museus-criticam-fusao-das-pastas-de-cultura-e-educacao.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

REIS, L. F. Artistas e produtores reagem ao fim do Ministério da Cultura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 maio 2016a. Cultura. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/artistas-produtores-reagem-ao-fim-do-ministerio-da-cultura-19295905#ixzz4CygdDbPI>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

REIS, L. F. Entidades cobram restabelecimento do Ministério da Cultura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 maio 2016b. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/entidades-cobram-restabelecimento-do-ministerio-da-cultura-19308200#ixzz4CyiXaVZ9>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

REIS, P. F. dos. Plano Nacional de Cultura: estratégias e ações para dez anos. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 49-65.

RETORNO de MinC é uma vitória da classe artística, diz Paula Lavigne. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1773800-retorno-de-minc-e-uma-vitoria-da-classe-artistica-diz-paula-lavigne.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

RODRIGUES, A. D. *Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Presença, 1990.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015.

SALDAÑA, P. Temer promete aumento no orçamento da Cultura em 2017. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1772674-temer-promete-aumento-no-orcamento-da-cultura-em-2017.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOARES, J. P. Gestor da Funarte se nega a dialogar com novo ministro da Cultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>

ilustrada/2016/05/1773939-gestor-da-funarte-se-negou-a-dialogar-com-novo-ministro-da-cultura.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SOTO, C. et al. Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 25-47.

VIANA, R. Estado deve reduzir papel na promoção da cultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 maio 2016. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770712-estado-deve-reduzir-papel-na-promocao-da-cultura.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.